

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v3n2p13-40>

COLAR DE PÉROLAS: A ESTRATÉGIA CHINESA PARA DOMINAR O MAR DO SUL DA CHINA (MSC) E A REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO (ROI)

STRING OF PEARLS: THE CHINESE STRATEGY TO DOMINATE THE SOUTH CHINA SEA (SCS) AND THE REGION OF THE INDIAN OCEAN (RIO)

Reis Friede*

Resumo: As porções marítimas do Mar do Sul da China (MSC) e da Região do Oceano Índico (ROI) passaram a ostentar uma significativa importância no século XXI, em decorrência das inicialmente veladas, e agora ostensivas, ambições globais hegemônicas da China, que almeja conquistar um espaço de governança mundial em um novo cenário geopolítico global. Neste sentido, os anteriores ambientes conflituais, marcados por disputas territoriais, retornam à arena do “jogo de xadrez” próprio das relações internacionais, substituindo os clássicos embates ideológicos que tanto caracterizaram o contexto mundial a partir da segunda metade da centúria passada. Ainda que os novos conflitos em gestação estejam sendo travados sobre espaços marítimos situados nas regiões mencionadas (MSC e ROI), forçoso reconhecer que o ponto exato de confronto tenderá a se expandir para disputas em áreas adicionais, tais como a Antártida e a própria geórbita terrestre, fenômeno que inevitavelmente ensejará, na conjuntura geopolítica do presente século, uma Segunda Guerra Fria. Por ora, todavia, a controvérsia restringe-se e se dirige a temas que versam, estritamente, sobre os interesses econômicos e geopolíticos chineses nas localidades mencionadas, bem como na própria concepção estratégica do denominado “Colar de Pérolas”, tema que constitui a essência deste ensaio.

Palavras-chave: “Colar de Pérolas”. Segunda Guerra Fria. Mar do Sul da China. Região do Oceano Índico.

Abstract: The maritime portions of the South China Sea (SCS) and the Indian Ocean Region (IOR) have become of significant importance in the 21st century, as a result of the initially veiled, and now ostensible, global hegemonic ambitions of China, which aims to conquer a global governance space in a new global geopolitical scenario. In this sense, the former conflictual environments, marked by territorial disputes, return to the arena of the “chess game” proper to international relations, replacing the classic ideological clashes that characterized the world context from the second half of the last century on. Although the new conflicts in development are being fought over maritime spaces located in the regions mentioned (SCS and IOR), it is necessary to recognize that the exact point of confrontation will tend to expand to disputes in additional areas, such as Antarctica and the Earth's own georbit, a phenomenon that will inevitably lead, in the geopolitical conjuncture of the current

* Desembargador Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (biênio 2019/21), Mestre e Doutor em Direito. Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com.

century, to a Second Cold War. For the time being, however, the controversy is restricted to issues related to the Chinese economic and geopolitical interests in the areas mentioned, as well as on the very strategic concept of the so-called “String of Pearls”, which is the essence of this article.

Keywords: “String of Pearls”. Second Cold War. South China Sea. Indian Ocean Region.

1 INTRODUÇÃO

A Região do Oceano Índico (ROI) e o Mar do Sul da China (MSC)¹ constituem porções marítimas extremamente importantes sob o prisma geopolítico,

¹ O Mar da China Meridional, ao Mar do Sul da China e ao Sul do Mar da China. O estudo científico dos mares e oceanos consagrou nomenclaturas **técnicas** e **específicas** para cada porção marítima do planeta, estabelecendo a expressão “Mar da China Meridional” para o mar que banha o sul da China, assim como “Mar da China Oriental” para o mar que banha o leste da China. Todavia, diversos autores, - muitas vezes mais preocupados com as questões geopolíticas do que propriamente com a correta nomenclatura geográfico-oceânica -, têm utilizado, substitutivamente, a expressão “Mar do Sul da China”, ou mesmo, excepcionalmente, “Sul do Mar da China”, para traduzir a parcela oceânica descrita tradicionalmente nas cartas náuticas como “Mar da China Meridional”.

Ao desenvolver o conceito de Combate em Múltiplos Domínios, o Exército dos EUA busca trilhar o caminho aberto pelos formuladores da Doutrina de Combate Ar-Terra. Deseja evitar passar por uma lição sangrenta e traumática como a vivida pelas AEF em 1918. O Combate em Múltiplos Domínios é um conceito movido por uma escolha proativa, que leva em consideração a ameaça de insucesso. É uma evolução do conceito operativo do Exército dos EUA, detalhando uma resposta às observações estadunidenses sobre os acontecimentos no **Mar do Sul da China**, a Guerra de Nova Geração da Rússia e os desafios em curso no Oriente Médio.” (PERKINS, 2018, p. 6-8).

“Um programa de modernização centrado em forças navais e mísseis mudou o equilíbrio de poder no Pacífico de um modo que os EUA e seus aliados estão apenas começando a digerir. Se por um lado a China se arrasta para projetar seu poder de fogo em uma escala global, por outro agora o país pode desafiar a supremacia americana nos lugares que mais lhe importa: as águas no entorno de Taiwan e no disputado **Mar do Sul da China** [...]. (MYERS, 2018, p. 21).

Nesse sentido, vale registrar as considerações do analista em geopolítica KONSTANTIN SOKOLOV que, comentando as palavras do Presidente XI JINPING, em entrevista à Sputnik China, afirmou que “[...] os EUA conduzem uma política abertamente provocadora nesta região (Mar da China Meridional) [...] XI JINPING deixou claro que nenhuma provocação dos Estados Unidos terá efeito sobre a China; em particular, os patrulhamentos marítimos e aéreos norte-americanos nas águas próximas da China, especificamente no '**Mar do Sul da China**'.” (SPUTNIK, 2018, não paginado).

A última expressão (“Sul do Mar da China”), considerada pouco técnica, na medida em que inexistente propriamente um mar territorial chinês transcendente às 12 milhas náuticas de sua costa litorânea, vem sendo, todavia, cada vez mais utilizada, especificamente por alguns analistas com fundamento em pronunciamentos de autoridades chinesas que, contrariando os tratados internacionais, insistem em afirmar pela efetiva existência de um “Mar da China”, consagrando, por conseguinte, a expressão “Sul do Mar da China” para designar a área marítima historicamente denominada de “Mar da China Meridional”.

Oportuno registrar, em necessária adição, que a expressão “Sul do Mar da China” também tem sido empregada para designar a parte “sul” do “Mar da China Meridional”, onde, por exemplo, Brunei reclama, especificamente, quanto à existência de uma zona (própria) de exploração econômica exclusiva.

Vale por fim esclarecer que a própria expressão “Mar da China Meridional” é contestada por diversos países, especialmente as Filipinas, que levantam objeções a esta nomenclatura ao argumento que ela implica, indiretamente, no reconhecimento de uma suposta soberania chinesa sobre esta porção marítima que é compartilhada por diversas nações.

uma vez que tais áreas compreendem, com ênfase na primeira, a principal via de acesso aos países que, na atualidade, são considerados os maiores produtores de petróleo e de gás natural do mundo.

Nesse contexto, tanto o Mar do Sul da China (local de passagem de 30% do tráfego marítimo internacional, e no qual se encontram grandes e potencialmente exploráveis reservas de petróleo e de gás natural, comparáveis às existentes na Venezuela) quanto a Região do Oceano Índico assumem, sob os prismas econômico e político, uma condição estratégica singular, pois também se agregam àqueles fatores, em natural adição argumentativa, aspectos (relativos ao xadrez das relações internacionais) fundamentais para a obtenção de hegemonias localizadas ou mesmo globalizadas, tais como: a importância do petróleo para o provimento energético, sobretudo para a atividade industrial de países que almejavam um especial protagonismo global; a necessidade dos Estados Unidos (sob sua ótica) de continuar ostentando sua liderança mundial; e, por fim, a emergência de novas potências no contexto mundial e no espectro regional, tais como a China² e a Índia, respectivamente.

² A metamorfose da China em potência global. Segundo lições de Philip P. Pan (2018, p. 20), “em 1984, logo após a morte de MAO TSÉ-TUNG, um grupo de estudantes de economia se reuniu num refúgio nas montanhas nos arredores de Xangai para debater uma questão premente: como a China poderia alcançar o Ocidente? O país se recuperava de décadas de turbulência. Progressos no campo já tinham acontecido, porém mais de 75% da população vivia em extrema pobreza”. O Estado decidia onde cada pessoa trabalhava, o que cada fábrica produzia e quanto custava cada item.

Os estudantes queriam liberar o mercado, mas temiam que isso fosse derrubar a economia e inquietar os burocratas do partido. Por fim, chegaram a um consenso: as fábricas deveriam cumprir as cotas estatais, mas poderiam vender qualquer artigo adicional que produzissem, ao preço que escolhessem. Foi uma proposta **inteligente, discreta e radical** para atenuar a planificação.

A economia chinesa cresceu tanto que é fácil esquecer como a metamorfose do país em uma potência era improvável, o quanto sua ascensão foi improvisada e veio do desespero. A proposta que saiu das montanhas, logo adotada como política de governo, foi um primeiro passo crucial.

A China agora lidera o mundo em índices como número de proprietários de casas, usuários de internet, universitários, dentre outros indicadores. A pobreza extrema caiu para menos de 1% da população. Um lugar estagnado e empobrecido se tornou o maior rival dos Estados Unidos desde o fim da União Soviética. Agora, um desafio histórico tem lugar. O presidente XI JINPING promove uma agenda externa mais assertiva, enquanto endurece em casa. Com o governo DONALD TRUMP tendo lançado uma guerra comercial contra a China, em Pequim, a questão não é mais como alcançar o Ocidente, mas como avançar, em uma era de hostilidade com os EUA.

O padrão é recorrente: um poder em **ascensão** desafia o **estabelecido**. Uma complicação também é familiar: por décadas, os EUA encorajaram a ascensão da China, construindo a parceria econômica mais importante do mundo. No período, os EUA presumiram que a China um dia cederia às supostas regras de modernização e que a prosperidade alimentaria pedidos por liberdade e democratizaria o país. Ou então que a economia naufragaria, sob o peso da burocracia. Mas nada disso aconteceu.

Cabe destacar, que, – para além da incorporação territorial indireta de parcela dos oceanos por todo o globo terrestre, através da construção de ilhas artificiais –, a existência de um controle direto sobre os mares oceânicos viabiliza a garantia quanto ao uso assegurado do transporte marítimo de significativas quantidades de mercadorias a um custo relativamente inferior em comparação com

Os líderes chineses abraçaram o capitalismo, mas continuam a se chamar de marxistas. Recorreram à repressão para manter o poder, mas sem sufocar o empreendedorismo. E tiveram mais de 40 anos de crescimento contínuo, com políticas pouco ortodoxas.

Em setembro de 2018 a China celebrou 69 anos de governo comunista, superando a União Soviética. A economia do país caminha para, cada vez mais, rivalizar com a estadunidense. Os comunistas chineses estudaram com afinco os erros soviéticos. Concluíram que abraçariam “reformas” para sobreviver, mas que isso não incluiria a democratização.

A China oscilou desde então entre a **abertura** e a **contenção**, entre **experimentar** a mudança e **resistir** a ela. Muitos disseram que o partido fracassaria. Mas pode ser por isso mesmo que o país decolou. Os burocratas que eram obstáculos ao crescimento tornaram-se motores dele. Funcionários dedicados ao comunismo começaram a buscar investimentos.

Foi uma notável **reinvenção**. O partido deixou a economia planificada intacta, mas também viabilizou, em paralelo, uma economia de mercado. Permitiu, por exemplo, que os agricultores vendessem as próprias colheitas, mas manteve a propriedade estatal da terra, suspendeu restrições a investimentos em ‘zonas econômicas especiais’, mas as preservou no resto do país. Introduziu a privatização, vendendo no começo apenas participações minoritárias em empresas estatais.

O longo *boom* econômico do país seguiu o excesso autocrático da Revolução Cultural, que dizimou o aparato do partido. O sucessor de MAO, DENG XIAOPING, guiou o país em uma direção radicalmente mais aberta. Mandou jovens autoridades chinesas para o Ocidente para estudar como as economias modernas funcionavam. Investiu em educação, expandiu o acesso a escolas e universidades e quase eliminou o analfabetismo. A China agora produz mais graduados em ciência e engenharia por ano do que os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan juntos.

Outra explicação para as transformações está em mudanças burocráticas. Analistas às vezes dizem que a China abraçou a reforma econômica e resistiu à política, mas o partido fez mudanças após a morte de MAO que não foram profundas a ponto de gerarem eleições livres, mas ainda assim significativas. Introduziu limites de mandato e idades de aposentadoria compulsória, o que facilitou a expulsão de funcionários incompetentes. E reformulou os boletins usados para avaliar os líderes locais, concentrando-se quase exclusivamente em metas econômicas concretas. Os ajustes tiveram impacto tremendo, injetando uma dose de prestação de contas e de competição no Sistema Político. A China criou um híbrido único, uma **autocracia** com características democráticas; disse YUEN YUEN ANG, cientista política da Universidade de Michigan.

Em dezembro de 2018, o Partido Comunista celebrou o 40º aniversário das políticas de ‘reforma e abertura’ que transformaram a China. A propaganda triunfal começou, com XI JINPING à frente. Ele é o líder mais poderoso do partido desde DENG XIAOPING. Eles se diferenciam de uma maneira importante: DENG encorajou o partido a buscar ajuda e experiência no exterior, mas XI prega a **autossuficiência** e alerta para as ‘forças estrangeiras hostis’. Importa-se menos com a ‘abertura’.

Dos muitos riscos que o partido assumiu na busca pelo crescimento, talvez o maior tenha sido permitir investimentos, comércio e ideias estrangeiros. Foi uma aposta excepcional, de um país antes tão isolado quanto a Coreia do Norte, Recompensou: a China aproveitou a onda da globalização e emergiu na fábrica global. A adoção da internet ajudou o país a se tornar líder em tecnologia. E a ajuda externa ajudou a China a reformar seus bancos, a construir um sistema jurídico e a criar corporações modernas.

O partido prefere hoje uma narrativa diferente, apresentando o *boom* como ‘algo que cresceu a partir do solo chinês’. Mas isso obscurece uma grande ironia; qual seja, a de que os antigos inimigos de Pequim ajudaram o país a ser o que é hoje. Os Estados Unidos e o Japão, ambos rotineiramente difamados por dirigentes do partido, tornaram-se importantes parceiros comerciais e foram importantes fontes de ajuda, de investimento e de *expertise*.” (PAN, 2018, p. 20).

as demais modalidades. Não por outra razão, a indiscutível importância da Região do Oceano Índico (ROI), decorrente, sobretudo, da relativa ineficácia das rotas terrestres euroasiáticas, tornando-as, em certo sentido, efetivamente inviáveis, não obstante o conhecido programa “*One Belt, One Road*” (“Um Cinturão, Uma Rota”) que, paralelamente às iniciativas de dominação naval chinesa, está sendo implementado por Pequim desde 2013, quando XI JINPING visitou o Cazaquistão, firmando com aquele país um acordo de cooperação econômica envolvendo a China, a Ásia Central e a Europa.

Com efeito, e tendo em vista não propriamente a inviabilidade econômica e geopolítica das rotas terrestres euroasiáticas, mas, sim, sua extrema dificuldade de implementação prática, o Oceano Índico passou a ser considerado, consoante diversos estudos empreendidos, o trajeto mais efetivo para a atividade em questão, cujo domínio também estaria associado à supremacia do fluxo comercial travado entre o Ocidente e o Oriente. Tal dado, por si só, evidencia a relevante função que o Oceano Índico exerce no quadro estratégico atual. Não obstante, e em necessária adição, cumpre ainda consignar, por dever de aprofundamento analítico-acadêmico, que o aludido mar oceânico, considerado um dos espaços marítimos que mais monopolizam o tráfego petrolífero, desempenha, em particular, um papel crucial para a economia chinesa. Afinal, todo o petróleo extraído do Golfo Pérsico, quando destinado à China, passa necessariamente pela via marítima do Oceano Índico, rota que inclui o óleo bruto advindo da Nigéria (no Oeste da África) e da Venezuela (na América do Sul), os quais, anteriormente, eram transportados pelo Cabo da Boa Esperança, bem como os provenientes de Brunei, da Malásia e do Sudão, quando destinados a abastecer as necessidades energéticas chinesas.

Esses fatos são razoavelmente compreensíveis, uma vez que o petróleo é (e continuará a ser por muito tempo), de forma diversa das previsões de outrora, uma das principais fontes de energia em todo o mundo, além de igualmente constituir, – transcendente ao fato de ser o principal combustível que impulsiona as mais diferentes modalidades de transportes –, o meio fundamental de obtenção dos mais variados tipos de recursos extraídos de sua matéria, como plásticos e materiais análogos dos mais variados tipos, que são vitais para a sobrevivência da moderna indústria de transformação.

Ademais, como é de amplo conhecimento, a economia chinesa é extremamente dependente de uma rota que ligue, especificamente, o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico aos seus portos marítimos, trajeto que lhe garante o transporte de significativas quantidades de materiais, tal como ocorre com os hidrocarbonetos oriundos da Arábia Saudita, do Sudão e da Nigéria. Tal dependência explica, pelo menos sob o aspecto econômico, a formulação da estratégia que restou mundialmente conhecida por “Colar de Pérolas”, mormente se considerarmos o fato de que aquele que efetivamente possuir o domínio das vias marítimas do Oceano Índico terá, pelo menos em tese, o controle da economia da China.

Depreende-se, portanto, que o plano chinês para dominar o Mar do Sul da China e a Região do Oceano Índico traduz, em última análise, e sob a ótica específica deste Estado, uma nítida estratégia de defesa de seus interesses econômicos³, assinalado, em sua percepção, pelos riscos futuros de vir a sofrer um estrangulamento econômico semelhante ao que foi imposto pelo Ocidente à Rússia.

Com efeito, as medidas táticas (e, portanto, operacionais) do sistema definido como “Colar de Pérolas” podem ser consideradas como um autêntico e inequívoco reconhecimento, por parte da própria China, de sua vulnerabilidade econômica, bem como de sua carência de opções para superar o problema em foco. Neste contexto polemológico, segundo a concepção da estratégia defensiva

³ A Visão Chinesa da Estratégica do “Colar de Pérolas”. O desenvolvimento gradual do programa estratégico chinês denominado “Colar de Pérolas” não constitui propriamente uma novidade.

Três diferentes interpretações foram conferidas ao projeto. A oficial chinesa, de que se tratava do aterramento limitado de algumas ilhotas (ou penhascos) desabitadas no meio do oceano com o propósito, exclusivamente civil e de interesse internacional, para estudo das marés e do clima, facilitando, adicionalmente, a sinalização para a navegação mundial. A segunda versão, fundamentada nas primeiras conclusões dos serviços de informação dos EUA, que dava conta de se tratar de uma estratégia nitidamente defensiva da China para preservar suas aspirações **regionais**, evitando o “cerco” que se estabeleceu, gradualmente, em relação à Rússia nos anos posteriores à Guerra Fria. E, finalmente, a terceira justificativa, que se tornou ostensiva, dois anos após à ascensão de XI JINPING ao poder (2012), de estabelecer as bases fundamentais para as aspirações de alcançar a hegemonia **global** a partir de 2050.

Apesar de toda a ingenuidade do governo BARACK OBAMA (2009-17), – inclusive com a ampla aceitação das garantias pessoais do líder chinês quanto aos objetivos levantados da construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China (MSC) –, não há, no presente momento, mais nenhuma dúvida sobre os reais objetivos de Pequim com o “Colar”, sendo certo que, em sua perfeita analogia, as “Pérolas” desprendidas se desenrolam infinitamente (até que sejam por algum efeito externo impedidas) para todo o globo, o que tem se verificado muito além do MSC, invadindo a Região do Oceano Índico (ROI), chegando ao Djibouti, na África, onde passou a operar uma base aeronaval chinesa, em 2017) e mesmo na América do Sul com uma base chinesa na Patagônia, visando, a toda evidência, futuras disputas sobre a região antártica.

chinesa, um eventual bloqueio, por exemplo, do Estreito de Malaca (principal passagem marítima entre os Oceanos Índico e Pacífico) configuraria uma medida razoavelmente suficiente para se estabelecer, em definitivo, um total domínio econômico sobre a China, colocando-a literalmente “de joelhos” perante outras potências, principalmente os EUA.

Disso resulta quão relevante é refletir sobre o atual cenário da Região do Oceano Índico enquanto política econômica, em especial porquanto tal espaço do planeta representa uma opção para as vias marítimas mais significativas e vitais para a China (como, por exemplo, o referido Estreito de Malaca), traduzindo, pois, um alternativa mais eficaz (ou mesmo uma medida meramente complementar) para o descongestionamento de outras rotas consideradas, na quadra atual, bastante saturadas.

Convém registrar, entretanto, que a Região do Oceano Índico não se revela importante apenas para a economia do Estado chinês. Muito pelo contrário, todos os grandes importadores de petróleo do mundo dependem, de certo modo, das rotas do Oceano Índico. A título de exemplo do que ora se afirma, cabe mencionar a Índia (com sua proximidade em relação à Ásia Central e ao Oriente Médio) e o próprio Brasil, o qual, como se sabe, ainda é consideravelmente dependente do petróleo proveniente de regiões do Oriente Médio, cujo transporte passa pelo Canal de Moçambique (porção do Oceano Índico situado entre a costa da África Oriental e Madagáscar) e pelo sul da África.

Do ponto de vista estadunidense, as rotas petrolíferas que seguem do Oriente Médio para os EUA e a Europa são garantidas por unidades da 5ª Frota Naval (Golfo Pérsico) e pela 6ª Frota (Mar Mediterrâneo), assim como para o Japão e Coreia do Sul (dentre outros aliados) pela 7ª Frota (MSC), o que, indiretamente, sempre resguardou o livre tráfico marítimo internacional (de modo geral), gerando razoáveis desconfianças das reais intenções diversas.

2 OS INTERESSES ECONÔMICOS E GEOPOLÍTICOS CHINESES E A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO “COLAR DE PÉROLAS”

Como é de amplo conhecimento, o acelerado crescimento econômico chinês, – ainda que esteja em um ponto de inflexão decrescente –, consome imensa quantidade de petróleo, oriunda, sobretudo, do Golfo Pérsico e da África, orientando aquela nação quanto à imperiosa necessidade de se construir uma força militar, principalmente marítima, capaz de dominar tanto o Mar do Sul da China (com sua correspondente futura e, sobretudo, preocupante, possibilidade de exploração de petróleo em plataformas marítimas, ao completo arripio das leis internacionais) como a Região do Oceano Índico, garantindo, através do controle de ambas as áreas, o tráfego de navios carregados de petróleo destinados a abastecer diretamente as crescentes demandas energéticas direcionadas para o contínuo desenvolvimento chinês e, indiretamente, países como o Japão e a Coreia do Sul e, em especial, Taiwan, considerada uma “província rebelde chinesa”, segundo a concepção política de Pequim.

O “Colar de Pérolas” (*String of Pearls*, em idioma inglês), portanto, é a designação nominativa que o Ocidente outorgou à estratégia chinesa de cercar o Mar do Sul da China e a Região do Oceano Índico, plano operacionalizado por meio da construção de diversas bases navais nestes espaços (inclusive em ilhas artificiais, construídas, inicialmente, de forma silenciosa e dissimulada) de modo a ampliar, assim, a presença da China nestas regiões, e objetivando alcançar, em um futuro próximo, uma posição estratégica privilegiada em toda essa porção marítima e territorial do globo.

A propósito, segundo dados publicamente disponíveis, o emprego mais remoto da expressão “Colar de Pérolas” é encontrado em um documento interno pertencente ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos (*Department of Defense*, conhecido pelas siglas DoD, USDOD ou DOD), organismo cuja atribuição é coordenar e supervisionar todas as agências e funções do governo diretamente relacionadas à segurança nacional e às forças armadas americanas.

Sob o aspecto descritivo mais amplo, a concepção do “Colar de Pérolas” pode ser considerada como um conjunto de medidas que objetivam ampliar o

controle chinês sob diversas porções marítimas (e porções geoestratégicas pelo globo), com ênfase no MSC e na ROI, incluindo o acesso a portos e aeroportos chineses em construção em ilhas artificiais e em solo estrangeiro por meio da celebração de acordos internacionais (como no Paquistão e no Djibouti), além do desenvolvimento de relações diplomáticas especiais com diversos países do entorno destas regiões (objetivando a obtenção de futuras plataformas militares estratégicas para possíveis conflitos pela disputa de riquezas exploráveis nestas regiões, além do controle de tráfego marítimo) e mesmo em outros prováveis cenários, como a Antártida, razão da construção de uma instalação militar chinesa na Patagônia, fruto de um acordo diplomático entre a liderança chinesa e o anterior governo de Cristina Kirchner.

Como parte dessa estratégia, encontra-se também a correspondente e necessária modernização das forças militares chinesas, que se estenderiam desde o Mar do Sul da China, via Estreito de Malaca e da Região do Oceano Índico, em direção ao Golfo Pérsico, em um contexto de regiões de “interesse central”, além de outras porções marítimo-territoriais, como a América do Sul, na qualidade de “extremos insulares”. Todas estas medidas estratégicas certamente são consequências de uma política de ascensão pacífica **ativa** (em contraposição à anterior ascensão pacífica **passiva**, que perdurou até 2012), fundamentada na construção de uma influente geopolítica chinesa, fenômeno que se encontra em permanente e acelerado progresso.

Segundo assevera Daniel Vázquez, o aludido documento elaborado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, intitulado *Energy Futures in Asia* (Futuro Energético na Ásia), refere-se, de modo peculiar, ao “Colar de Pérolas”:

[Trata-se de um conjunto] de bases aéreas e navais, portos comerciais, hubs e corredores energéticos, centros de inteligência etc., mantidas pela China ao longo de suas principais rotas petrolíferas, do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico até o Mar do Sul da China. Esta série de enclaves tende a rodear e estrangular quatro importantes penínsulas: a Indochina, a Indostânica, a Arábica e o Chifre da África. Como se havia previsto, esta disposição das fichas chinesas neste tabuleiro está em direta oposição à Índia [...] e, é claro, com a superpotência anglo-americana. (VÁZQUEZ, 2013, p. 128).

3 OS MODELOS HISTÓRICOS DA ESTRATÉGIA DO “COLAR DE PÉROLAS”

A partir de uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que o primeiro modelo de “Colar de Pérolas” foi concretamente adotado por Portugal. Neste sentido, tendo em vista a relevância econômica que o mar sempre ostentou para os países de modo geral, em especial para aqueles providos de acesso marítimo, não é de se estranhar que o Estado lusitano, privilegiado em sua localização no globo, e cuja costa é banhada pelo Oceano Atlântico, tenha se tornado um dos pioneiros nesta estratégia. Com efeito, diante de uma série de eventos históricos de múltiplas naturezas (geográfica, política, econômica, militar, social, etc), é razoável afirmar que Portugal foi a primeira potência europeia a ter o Oceano Índico sob efetivo domínio, através de sua hegemonia marítima que, antes, havia sido conquistada por árabes, persas, hindus e, mesmo, chineses do passado.

Em termos concretos, o aludido domínio português operacionalizou-se a partir da conquista estratégica de determinados territórios, tais como as ilhas indonésias do Timor-Leste, Malaca, a ilha de Formosa (atual Taiwan), o enclave chinês de Macau (ao lado de Hong Kong) e o Japão (local onde se fundaria a cidade de Nagasaki, em 1571).

Obviamente que essas conquistas territoriais não aconteceram por acaso. De fato, por ocasião da segunda metade do século XV, uma nova ordem geopolítica estava sendo instalada no contexto europeu, sendo certo que a queda de Constantinopla, em 1453 – acontecimento que, em síntese, simbolizou o declínio do Império Romano do Oriente, bem como o triunfo dos Otomanos –, contribuiu fortemente para as transformações experimentadas à época. Nesta linha de raciocínio, convém recordar que, naquela quadra, os mercados orientais deixaram de ser acessados pelos comerciantes europeus e, conseqüentemente, pelos respectivos consumidores, tendo em vista a perda da maior e mais importante rota comercial do Mediterrâneo (católico) em favor da região norte do continente europeu (protestante).

Por conseguinte, alternativas viárias para se chegar ao Extremo Oriente precisaram ser identificadas e obtidas pelos comerciantes economicamente atingidos e prejudicados pela profunda mudança em questão. Assim, uma vez que o

Mar Mediterrâneo encontrava-se saturado, sobretudo em decorrência do perigo que significava navegar por suas águas, risco decorrente, em especial, da maciça presença de piratas, o contorno do continente africano, através da circunavegação do Atlântico, passou a ser visto como a principal (e talvez a única) possibilidade de se chegar ao Oceano Índico a fim de acessar as mercadorias asiáticas.

Essa nova opção marítima e comercial adotada por Portugal, que também se tornaria historicamente conhecida como a Rota das Especiarias (ou Rota das Índias), somente foi possível em virtude do próprio pioneirismo português no que concerne aos investimentos em navegação, precursionismo explicado também pelo fato de Portugal possuir informações privilegiadas sobre técnicas de navegação oceânica, devido ao seu domínio exercido sobre a faixa atlântica do sul da Europa.

Em muitos aspectos, exatamente como ocorrera no passado, a atual construção, por parte da China, do chamado “Colar de Pérolas” redefine o jogo de poder na Região do Oceano Índico e no Mar do Sul da China, posto que o aumento da presença militar, diplomática e econômica chinesa nestas áreas contrasta com a histórica permanência do poderio militar naval e aeroespacial norte-americano, bem como com a ascensão militar da Índia, a qual vem se aproximando diplomaticamente dos EUA, em especial para contrabalancear a crescente militarização do Oceano Índico, ora promovida pela China.

Segundo lições de Deepak Kumar (2009, p. 127), “a Região do Oceano Índico tem sua importância estratégica baseada principalmente no seu posicionamento em relação às rotas comerciais”. De fato, aproximadamente 3.500 navios, carregando 80% do comércio do Oceano Índico, transitam pelos estreitos de Malaca, Bab-el-Mandeb e pelo Cabo da Boa Esperança, destinado, principalmente, para as potências extrarregionais. Estas embarcações estão carregadas com suprimentos vitais de petróleo e de materiais estratégicos e, assim, são objeto de sérias preocupações por parte das potências interessadas. Mesmo atualmente, 90% do comércio global e 65% de toda produção petrolífera são transportados pelo mar.

No mesmo sentido, e consoante ensinamento de Robert D. Kaplan:

Cerca de 70% do total de tráfego de derivados de petróleo passa pelo Oceano Índico, em seu percurso do Oriente Médio para o Oceano Pacífico. Enquanto tais produtos trafegam por esta rota, eles passam pelas principais linhas mundiais de transporte marítimo de

óleo e alguns dos principais pontos focais do comércio mundial: Babel-Mandeb e os Estreitos de Hormuz e Malaca. Aproximadamente 40% dos negócios mundiais passa pelo Estreito de Malaca; enquanto 40% de todo o petróleo bruto passa pelo Estreito de Hormuz. (KAPLAN, 2009, p. 16).

4 A ESTRATÉGIA DO “COLAR DE PÉROLAS” E SEUS IMPACTOS GEOPOLÍTICOS

Vale registrar que o processo de instalação, inicialmente **silencioso**, do programa denominado “Colar de Pérolas” remonta ao início do século XXI, mas se tornou público, particularmente, após a chegada de XI JINPING ao poder (2012), quando, então, a China começou a traçar (de uma forma efetiva e contundente) um audacioso plano estratégico, cujo objetivo é reconhecidamente ampliar a sua influência mundial, utilizando, para tanto, uma gradual e ostensiva presença no Mar do Sul da China (MSC) e na Região do Oceano Índico (ROI).

O crescente interesse e influência chinesa, desde o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo da Arábia, pode ser descrito como semelhante a um **Colar de Pérolas**. Cada pérola no seu respectivo cordão é um nexo da influência geopolítica chinesa ou da sua presença militar. As pérolas importantes são: Ilhas Hainã, com instalações militares recentemente aprimoradas; Ilhas Woody, localizadas no arquipélago Paracel a cerca de 300 milhas náuticas a leste do Vietnã; porto de Chittagong, em Bangladesh; o porto de águas profundas em Sittwe, Myanmar; e o porto de Gwadar no Paquistão, que é estrategicamente localizado nas proximidades do Golfo Pérsico. (PEHRSON, 2006, p. 3).

Desse modo, em 2013, de forma discreta e dissimulada, os chineses iniciaram a projeção global de seu poder nacional (militar, econômico, político e psicossocial/cultural) por meio, dentre outras iniciativas, da militarização do Mar do Sul da China, através, particularmente, da inusitada estratégia de construir ilhas artificiais em uma região extremamente sensível, na qual circulam cerca de 30% de todo comércio marítimo internacional, e que se encontra provida de grandes reservas de petróleo e de gás natural.

Projetos de construção de portos e campos de pouso, relações diplomáticas sensíveis (e muitas vezes velados) e a modernização da força naval, formam a essência do ‘Colar de Pérolas’ chinês. A segurança de matérias primas e energia, de modo a dar suporte a

política energética da China é a principal motivação por trás do ‘Colar de Pérolas’. Então, percebe-se que essa política está relacionada com a principal Estratégia Nacional da China. A China também possui uma ambiciosa proposta, orçada em 20 bilhões de dólares, para a construção de um canal através do istmo tailandês de Kra, o que permitiria a seus navios um caminho alternativo ao Estreito de Malaca, e ligaria o Oceano Índico à costa pacífica da China – um projeto no nível de importância do Canal do Panamá, e que futuramente pode fazer com que a balança de poder na Ásia penda a favor da China, dando à sua Marinha e à sua frota mercante, um acesso fácil para um vasto e contínuo oceano, expandindo as ligações marítimas do leste da África ao Japão e à península coreana. (KAPLAN, 2009, p. 22)

Além disso, a forte presença da poderosa marinha americana (*United States Navy* - USN) no Oceano Índico constitui, sob a ótica chinesa, uma constante ameaça para os interesses do país, tendo em vista que eventuais bloqueios na frota de navios comerciais que transportam recursos naturais para a China poderiam acarretar grandes transtornos para a sua economia. Assim, a estratégia do “Colar de Pérolas”, para além do objetivo de assegurar o transporte marítimo de insumos à economia chinesa, perpassa também pela ampliação do leque de opções ao traslado, via oceano, com a construção adicional de oleodutos e vias de acesso a portos de outros países.

Com efeito, a China passou, mediante esse singular expediente, a reivindicar, sem qualquer fundamento legal, e ignorando solenemente todas as críticas advindas dos tribunais internacionais⁴, áreas a aproximadamente 2.000km

⁴ As Contradições da Política Norte-Americana em Relação aos Desafios Geopolíticos Chineses e Russos. Não obstante as duras sanções econômicas implementadas contra a Rússia, em 2014, pelos países do Ocidente, - liderados pelos Estados Unidos -, em resposta à **reanexação** do território da Crimeia, - outrora pertencente à Rússia e ‘doado’ por NIKITA KRUSCHEV, em 1954, à Ucrânia, no contexto da existência da União Soviética, e não restituído à primeira, por ocasião da dissolução da URSS, em 1991 -, e que foram renovadas na última reunião de cúpula da OTAN, em julho de 2018, pelos seus 29 signatários, o desafio chinês concernente à construção de ilhas artificiais, anexando (direta e ostensivamente) faixas territoriais, em plenas águas internacionais, - inclusive dentro de zonas de exploração econômica exclusiva de outras nações, em afrontoso repto à soberania nacional destes países -, de forma muito mais gravosa (posto que sem qualquer respaldo legal, histórico ou de qualquer outra natureza) continua sem qualquer resposta efetiva (incluindo a aplicação de sanções econômicas assemelhadas às implementadas contra o suposto comportamento desvirtuoso ao direito internacional pelos russos) por parte do Ocidente, que, aparentemente, receia (a exemplo de episódios semelhantes durante a Guerra Fria) uma confrontação direta com Pequim, ainda que não com Moscou.

A política externa norte-americana parece ainda não ter compreendido que o verdadeiro adversário dos sistemas democráticos ocidentais deixou há muito de ser representado pelo decadente Império

de distância de sua costa, mas que se encontram localizadas, em contrapartida, a apenas poucos quilômetros dos territórios do Vietnã, das Filipinas e da Malásia. Ademais, a partir do efetivo estabelecimento destas bases militares nas aludidas regiões, a China deflagrou um processo de ostensiva conquista do Oceano Índico, atravessando o Estreito de Malaca e o Istmo de Kra, passando também, por meio de uma presença econômica massiva, tais como a construção de oleodutos, ferrovias e rodovias, pela Tailândia.

Uma vez estabelecida no Oceano Índico, a China iniciou e conduziu a edificação de um porto marítimo de grande porte ao lado de um gigantesco terminal petrolífero em Myanmar e Bangladesh, países fronteiriços entre si, ampliando, ainda, as instalações de um porto e de um aeroporto (civil e militar) no Paquistão e construindo uma rota de ligação (por meio de ferrovias e rodovias) entre a sua fronteira e o porto de Gwadar, cidade do litoral paquistanês, promovendo, assim, um autêntico cerco geopolítico sobre a Índia, arquirrival do Estado chinês. Igualmente, concebeu instalações no Sri Lanka e nas Maldivas. E, por fim, estendeu sua presença ao nordeste da África, na República do Djibouti (pequeno país limitado ao norte pela Eritreia, a leste pelo Estreito de Bab-el-Mandeb, pelo Golfo de Áden e pela Somália, e a sul e oeste pela Etiópia), no qual os chineses implantaram uma base militar, e no Sudão, onde eles ampliaram um porto localizado na fronteira sudanesa com a Somália.

Essas são as chamadas “Pérolas” que formam o “Colar” chinês no Oceano Índico, e por meio das quais a China ambiciona ter uma presença cada vez mais intensa, alcançando, então, posição de alto destaque no cenário político-econômico-militar mundial. Entretanto, em uma natural reação, potências como a Austrália, o

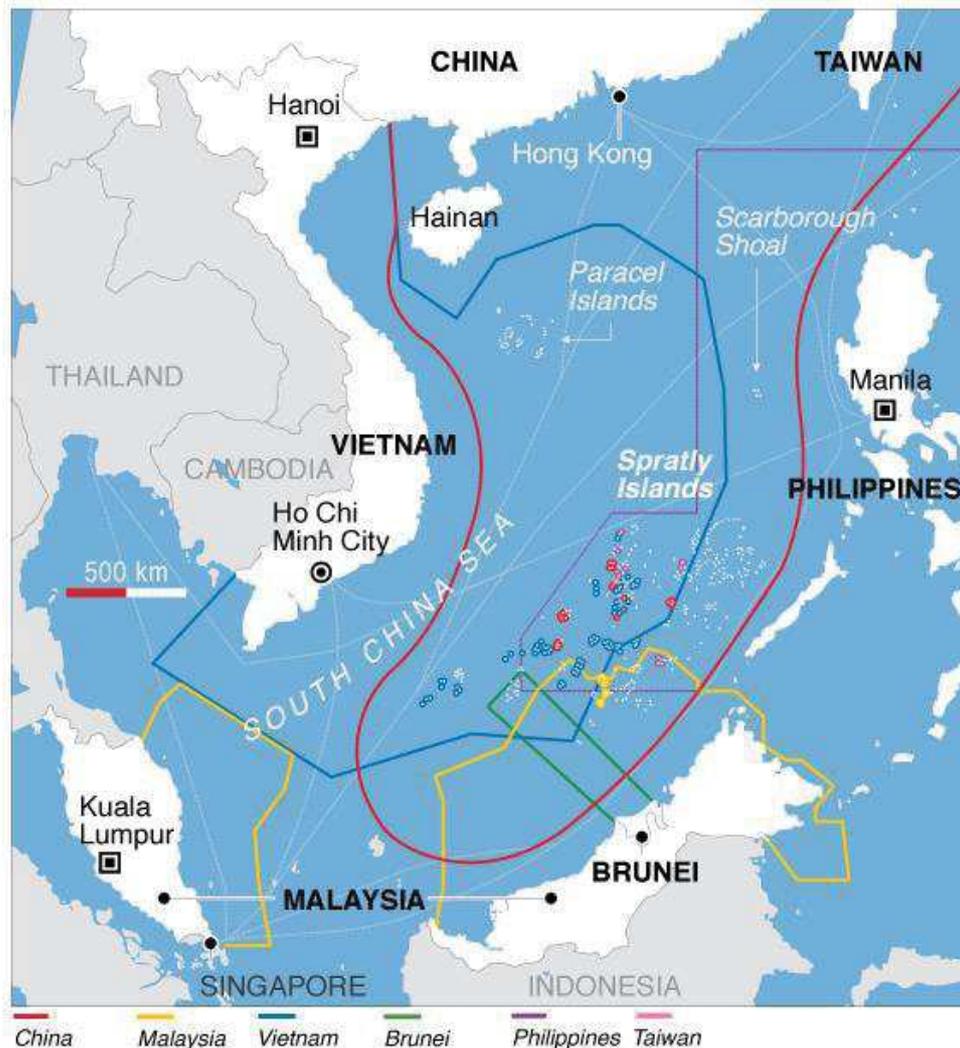
Russo, passando a ser a ascendente candidata a superpotência (China), com sua política (pública) de obter a hegemonia global até 2050.

Nesse sentido, os EUA não estão monitorando adequadamente o extraordinário crescimento militar chinês, inclusive com o desdobramento de mísseis intercontinentais com base em terra (ICBMs) e em submarinos (SLBMs), limitando suas atenções para a eventual prorrogação do “Novo” START (*Strategic Arms Reduction Talks*), assinado em 2010, entre a Rússia e os EUA, e que prevê a limitação do arsenal nuclear operacional dos dois países para o menor nível em décadas, desconsiderando, negligentemente, o crescente arsenal chinês e, em parte, de outras nações como a Índia, que também passou a integrar o seleto clube das quatro únicas nações que possuem mísseis intercontinentais baseados em terra (ICBMs), considerando que a Coreia do Norte ainda não possui um dispositivo verdadeiramente funcional desta magnitude e Reino Unido, França, Israel e Paquistão não possuem, em seus arsenais, este tipo de arma de longo alcance.

Japão, a Coreia do Sul, a Índia (acuada pela presença chinesa em torno de sua costa), Singapura e outros países com menor grau de desenvolvimento, tais como a Indonésia e o Vietnã, começaram a formar uma aliança (ainda não-oficial) com os EUA, notadamente contra a presença chinesa no Oceano Índico e no Mar do Sul da China, tornando estas regiões um novo ponto de tensão geopolítica, além de um possível cenário para o início, ainda embrionário, de uma Segunda Guerra Fria.

Sob esse aspecto, é possível deduzir que a presente ampliação da interferência chinesa replica, em grande medida, o **expansionismo soviético** dos tempos da Guerra Fria, momento que, historicamente, somente foi contido, no contexto continental da Europa, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e com a correspondente e forte determinação militar dos EUA, por meio da instalação e manutenção de tropas e equipamentos militares na região. Vale mencionar que a política chinesa de **ascensão pacífica** (anteriormente dotada de uma característica **passiva/não-confrontativa**), inaugurada por Deng Xiaoping, em 1978-79, foi substituída, em sua essência, pelo atual mandatário da China (XI JINPING), que traçou uma nova estratégia de ascensão igualmente **pacífica**, porém com nítida e diferenciada feição **ativa/confrontativa**, retornando, em alguma medida, à concepção estratégica de Mao Tsé-Tung (1949-78), ainda que sem o viés bélico (ativo) que perdurou durante a maior parte do governo maoísta, e que conduziu às guerras da Coreia (1950-53) e do Vietnã (1964-75) e aos diversos confrontos no Estreito de Taiwan.

Diagrama 1 - Demandas de Soberania no Mar do Sul da China (Mar da China Meridional)



Fonte: Voice of America.

Conforme se percebe, todo esse interesse demonstrado pela região não é sem propósito. Afinal, metade da tonelagem da frota mercante mundial navega pelas águas do Mar do Sul da China. Traduzindo-se em valores monetários, a China e os países banhados pelo mencionado mar contabilizam cerca de cinco trilhões de dólares em produtos através de sua via de comunicação marítima. De qualquer modo, a China não pode ser considerada absoluta nesta disputa por territórios, uma vez que outros países também possuem pretensões em relação a eles. É o caso de Brunei, da Malásia, das Filipinas, do Vietnã e de Taiwan, países influenciados (ou

até mesmo controlados) diretamente por outras potências, os quais buscam manter suas respectivas demandas de soberania sobre o Mar do Sul da China, de modo a garantir que os navios petroleiros realizem este tráfego marítimo mundial.

Outro dado importante, característico do Mar do Sul da China, guarda relação com a grande quantidade de reservas de petróleo e de gás natural nele detectados. Algumas destas fontes de recursos naturais, especificamente encontradas no leito do Mar do Sul da China, já começaram a ser consideravelmente exploradas. Além do gás natural e do petróleo, a China possui um intenso comércio de pescados, atividade econômica que também coloca esta região marítima em destaque, transformando-a em um alvo dos chineses, cujo consumo interno de peixes é bastante significativo, chegando a 24kg por habitante. Para atender a tal demanda, a frota pesqueira da China representa 12% da frota mundial. Ademais, a atividade pesqueira chinesa representa 3% do PIB do país.

Objetivando tornar-se a grande potência mundial que almeja ser – inclusive com pretensão hegemônica **global** – a China, antes disto, busca consolidar-se (de imediato) enquanto potência **regional**. Para concretizar este propósito, e para que a consolidação hegemônica chinesa aconteça de fato, ilhas militares artificiais foram construídas em tempo recorde no Mar do Sul da China. Segundo uma matéria publicada pelo jornal londrino *BBC News*, 29 hectares de instalações militares foram concluídos em 2017.

Diagrama 2 - Volume de Petróleo Transportado Via Mar do Sul da China (Milhões de barris por dia)



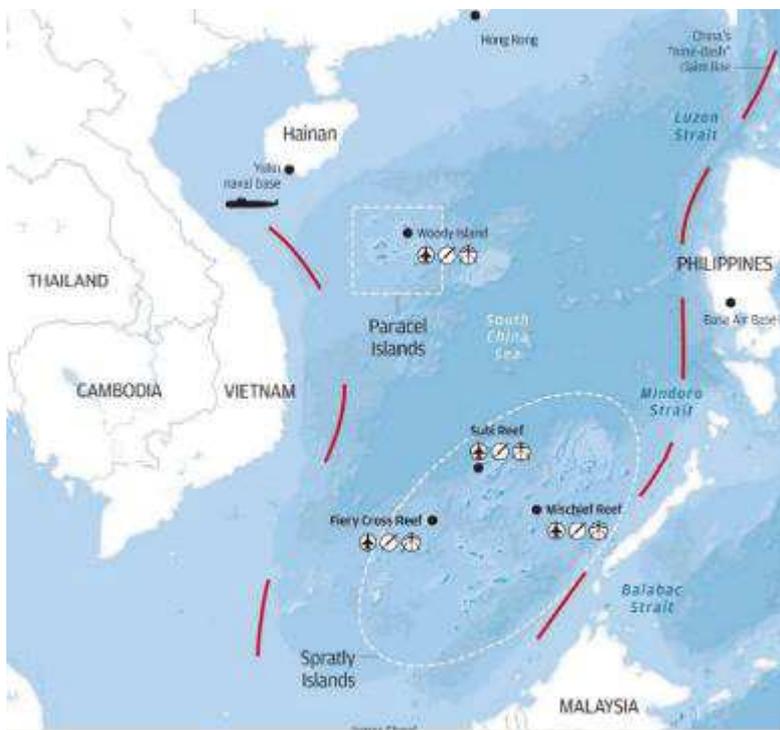
Fonte: U.S. Energy Information Administration.

Diagrama 3 - Volume de Gás Natural Transportado Via Mar do Sul da China (Trilhões de metros cúbicos por dia)



Fonte: U.S. Energy Information Administration

Diagrama 4 – Bases Militares no Mar do Sul da China



Fonte: South China Morning Post.

Diagrama 5 – Principais Projetos de Infraestrutura do “Colar de Pérolas”



Fonte: Daniel Vázquez (2013).

Diagrama 6 – Evolução dos Gastos Militares 1993, 2003 e 2013 (Em US\$ bilhões)

	1993			2003			2013			Variação 2013-1993(%)
	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	
Estados Unidos	463,5	4,5	40,1	507,8	3,7	39,5	618,7	3,8	36,4	+33,5
China^a	23,5	2,0	2,0	57,4	2,1	4,5	171,4	2,0	10,1	+630,7
Rússia ¹	54,4	4,5	4,7	39,1	3,9	3,0	84,9	4,1	5,0	+56,0
França ²	68,0	3,3	5,9	64,7	2,6	5,0	62,3	2,2	3,7	-8,4
Reino Unido ³	53,0	3,4	4,6	57,0	2,5	4,4	56,2	2,3	3,3	+6,0
Demais países	494,0	-	42,7	560,3	-	43,6	708,3	-	41,6	+43,4
Total mundial	1.156,4	-	-	1.286,3	-	-	1.701,7	-	-	+47,2

Fonte: Rodrigo Fracassoli de Moraes (2015, p. 11).

Diagrama 7 – Evolução dos Gastos Militares dos Países Limítrofes no Mar do Sul da China e Percentual em Relação ao Total Regional 1993, 2003 e 2013 (Em US\$ bilhões)

	1993		2003		2013		Variação 2013-1993 (%)
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
China	23,5	44,1	57,4	62,8	171,4	79,1	+630,7
Taiwan	13,5	25,3	9,8	10,7	10,3	4,8	-23,5
Cingapura	4,3	8,1	8,0	8,7	9,1	4,2	+110,4
Indonésia	1,8	3,4	4,1	4,5	8,4	3,9	+356,9
Tailândia	4,6	8,7	3,4	3,7	5,6	2,6	+21,8
Malásia	2,6	4,9	4,4	4,8	4,8	2,2	+85,1
Vietnã	0,6	1,1	1,5	1,6	3,2	1,5	+448,8
Filipinas	1,9	3,6	2,4	2,6	3,2	1,5	+68,2
Outros ¹	0,4	0,8	0,5	0,5	0,6	0,3	+41,5
Total regional	53,2	-	91,4	-	216,6	-	+307,1

Fonte: Rodrigo Fracassoli de Moraes (2015, p. 33).

5 A DENOMINADA POLARIZAÇÃO DIRETA NO MAR DO SUL DA CHINA

Em grande medida, a utilização do vocábulo “polarização” e o correspondente emprego do chamado “Princípio da Polaridade” devem-se ao General prussiano Carl Von Clausewitz.

[...] Aqui então é utilizado um **princípio de polaridade**. Considerando que o interesse de um comandante está sempre na proporção inversa do outro, assumindo uma **polaridade** verdadeira [...], o **princípio da polaridade** só é válido quando se pensa sobre o mesmo objeto em que a dimensão positiva e sua oposição, a

negativa, se anulam exatamente. Em uma batalha, cada uma das partes quer triunfar, e isto é a verdadeira polaridade, uma vez que a vitória de um aniquila a vitória do outro [...]. Mas quando se trata de duas coisas diferentes, que têm uma relação em comum exterior a elas, então não são estas coisas, mas suas relações que possuem a polaridade. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 83, tradução e grifo nosso)

Trata-se a polarização, portanto, de um fenômeno típico da Polemologia, cuja presença, outrora identificada em vários momentos da história humana, é atualmente observada, de uma forma **direta** e **objetiva**, no contexto que se desenvolve no Mar do Sul da China.

Segundo Luciano Ponce (2018, p. 96-97), “nesse teatro, dentre outras disputas insulares, destaca-se que Taiwan polariza diretamente com os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China, enquanto se define o seu *status* final de uma província rebelada ou de um Estado independente pressionado pelo continente”, revelando um antagonismo direto oceânico-terrestre.

Consoante entendimento de Piñon e Judice (2016, p. 317), a essência da atual estratégia militar chinesa, publicada em maio de 2015, pode ser sintetizada a partir da seguinte diretriz: “Nós não atacaremos sem sermos atacados, mas certamente realizaremos contra-ataque se atacados”. Nesta visão, adverte Luciano Ponce (2018, p. 96-97) que a mobilidade e a presença dos navios-aeródromos (NAe) dos EUA nesta porção marítima seria contestada por submarinos chineses que interagem com aeronaves lançadas de terra e também por mísseis balísticos de grande poder de destruição, como os chamados DF-21D, mísseis balísticos de médio alcance projetados especificamente para atacar porta-aviões norte-americanos. Tais mísseis, lançados do litoral chinês, percorrem elevadas trajetórias e descem sobre o eixo vertical dos meios navais, o que dificulta imensamente a possibilidade de defesa em termos reais. Em linhas gerais, a doutrina operacional chinesa evoluiu da “defesa costeira” para a “proteção em mar aberto”.

Por sua vez, nos EUA, analistas do *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA) denominaram a doutrina chinesa como um *Anti-Access/Area Denial* (Anti-acesso e Negação de Área), estratégia que restou conhecida pela sigla A2/AD, e que estaria sendo desenvolvida no Mar do Sul da China, na qual os estreitos marítimos e os cordões naturais de ilhas favoreceriam a defesa continental.

É importante registrar que, consoante a posição de Geoffrey Till (2013), estrategista britânico do *King's College*, os atributos do mar seriam: meio de domínio militar, transporte, informações e fonte de recursos. Nesta linha de raciocínio, e tendo em vista as circunstâncias atuais do Mar do Sul da China, o primeiro atributo (meio de domínio militar) tende a polarizar mais que os demais, posto que aquele que conseguir dominar militarmente a região em questão terá melhores condições de conquistar e manter seus respectivos objetivos insulares. Enfim, rivalizam-se as possibilidades ofensivas e defensivas de projetos de poder sobre o continente *versus* negação de uso do mar para efeitos militares, orientando-se vetores sobre os meios oponentes, visão consonante com o primeiro atributo categorizado por Till.

Nessa visão, a China procura por melhores pontos de pressão em uma batalha terrestre-naval antevista e tenta se contrapor às bases estadunidenses na região, como a de Yokosuka, no Japão, por meio de movimentos marítimos “territorializantes”. O Estado chinês, empregando cargueiros e dragas, vem, desde 2013, aterrando dezenas de recifes de corais do Arquipélago *Spratly*, localizado em uma posição praticamente equidistante da sua costa, do norte da Malásia e do oeste das Filipinas. A título de ilustração, nestas ilhas artificiais foram construídas pistas de pouso e bases militares permanentes, objetivando, com isto, assegurar uma soberania sobre mais de **700 pequenas ilhas em seu entorno, as quais, então, eram inabitadas**.

Obviamente que outras polarizações secundárias ocorrem na região do Mar do Sul da China, contexto que guarda relação com o que Joseph Nye (2002, p. 33) denominou de **padrão axadrezado das relações internacionais**, revisitando, pois, um velho adágio conhecido da Polemologia, no qual os Estados procuram se posicionar como **aliados dos** “inimigos dos seus inimigos”. A título de exemplo, um caso bem emblemático deste fenômeno pode ser perfeitamente identificado no Estado japonês, mormente se considerarmos a existência de acordos defensivos por ele firmados com os EUA desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Ademais, cabe registrar, ainda, que os Estados situados nesse entorno estratégico, e desprovidos de qualquer interesse em tomar partido da situação que se desenvolve na região, devem se esforçar no sentido de adotar estratégias marítimas de neutralidade com o “Eixo Marítimo Global”, postura recentemente

tomada pela Indonésia (vide, a propósito, estudo de caso apresentado no IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED) por Rômulo Barizon PITT, da UFRGS), que busca “remar entre dois recifes”, conscientização que vem desde a confrontação EUA *versus* antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Convém registrar, por fim, que quando o embate **assume funções produtivas energéticas relevantes**, exatamente como acontece no momento vigente, tal aspecto nos impele a revisitar o Princípio da Polaridade de matiz clausewitziano, notadamente em sua modalidade **indireta**, o que, em muitos aspectos, designa, sob o prisma da Polemologia, a atual situação de confrontação bipolar travada pela China e pelos EUA no Mar do Sul da China e, em menor escala, na Região do Oceano Índico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto anteriormente exposto, é cediço concluir que, assim como no passado, as novas ameaças produzidas pelas aspirações globais chinesas somente poderão ser efetivamente contidas, no âmbito da denominada **deterência estratégica**, através da criação de uma nova e inédita **aliança formal** de segurança e cooperação, a ser operacionalizada por meio de um modelo arquitetônico semelhante ao adotado no bojo do Pacto da OTAN, e liderada pelos EUA, com a necessária participação do Japão, da Coreia do Sul, da Austrália, da Nova Zelândia, das Filipinas, de Singapura, da Tailândia e da Índia, incluindo, ainda, eventuais ex-adversários norte-americanos, tal como o Vietnã.

Desse modo, replica-se, em certa medida, um cenário geopolítico análogo ao que originou a primeira Guerra Fria, ocasião em que se observou o início do expansionismo soviético, ainda que a situação atual seja absolutamente desprovida do nítido viés de confrontação ideológica (capitalismo *versus* comunismo) que tanto constituiu a tônica bipolar do passado, fenômeno que caracterizou o mundo entre os anos de 1947 a 1991.

Dentro dessa perspectiva, há nítidas contradições entre a política norte-americana em relação aos desafios geopolíticos representados pelos russos e pelos

chineses. Por um lado, em relação aos primeiros, convém recordar que os países do Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos, e em resposta à reanexação da Crimeia (território outrora pertencente à Rússia, e que foi “doado” por Nikita Krushev, em 1954, à Ucrânia, no contexto da existência da União Soviética, e não restituído à primeira, por ocasião da dissolução da URSS, em 1991), impuseram, em 2014, duras sanções econômicas contra Moscou, medidas punitivas posteriormente renovadas pelos 29 signatários presentes na última reunião de cúpula da OTAN, evento ocorrido em julho de 2018.

Entretanto, paradoxalmente, o atual desafio chinês (concernente à injustificável construção de ilhas artificiais, mediante a anexação direta e ostensiva de faixas territoriais em plenas águas internacionais, inclusive dentro de zonas econômicas exclusivas de outras nações, em uma afrontosa violação à soberania nacional dos países situados na região), cujo nível de gravidade é muito mais elevado (tendo em vista que a referida atitude da China não se reveste de qualquer respaldo legal, histórico, cultural ou de qualquer outra natureza), continua sem qualquer resposta concreta por parte da comunidade internacional.

De fato, mesmo diante da seriedade da situação sob análise, as ações deflagradas por Pequim no Mar Meridional da China (ou Mar do Sul da China) e na Região do Oceano Índico permanecem sem que qualquer sanção lhe tenha sido efetivamente aplicada por parte do Ocidente, que aparentemente receia, a exemplo de episódios semelhantes ocorridos durante a Guerra Fria, travar uma confrontação direta com Pequim, ainda que tal sentimento demasiadamente cauteloso não seja observado em relação a Moscou.

De maneira incompreensível, a política externa norte-americana parece ainda não ter entendido que o verdadeiro adversário dos sistemas democráticos ocidentais deixou há muito de ser representado pelo decadente Império Russo, passando a ser a ascendente candidata à condição de superpotência (vale dizer, a China), com sua política publicamente destinada a alcançar, até 2050, a hegemonia global.

Nesse sentido, mesmo contando com uma superestrutura voltada para a defesa e a inteligência nacionais, os EUA não estão monitorando adequadamente o extraordinário crescimento militar chinês, cujo aparato bélico-tecnológico abrange,

inclusive, o desdobramento de mísseis intercontinentais com base em terra (ICBMs) e em submarinos (SLBMs). Perigosa e negligentemente, a liderança norte-americana restringe suas atenções uma eventual prorrogação do “Novo” Start (*Strategic Arms Reduction Talks*), acordo assinado, em 2010, com a Rússia, e que prevê a limitação do arsenal nuclear operacional dos dois países para o menor nível em décadas. Entretanto, o governo de Washington desconsidera o crescente arsenal chinês e, em parte, de outras nações, tal como a Índia, que também passou a integrar o seleto clube dos quatro únicos países providos de mísseis intercontinentais baseados em terra (ICBMs), considerando que a Coreia do Norte ainda não possui um dispositivo verdadeiramente funcional desta magnitude, e que Reino Unido, França, Israel e Paquistão não possuem, em seus arsenais, este tipo de arma de longo alcance.

REFERÊNCIAS

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

JUDICE, Luciano Ponce Carvalho; PIÑON, Charles Pacheco. **A Defesa do Ouro Negro da Amazônia Azul**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016.

KAPLAN, Robert D. **Power Plays in the Indian Ocean**. Washington: Foreign Affairs, 2009.

KUMAR, Deepak. A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 123-153, 2009.

MYERS, Steven Lee. Batalha Naval: China Desafia Poder dos EUA no Pacífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2018.

MORAES, Rodrigo Fracassoli de. **A Ascensão Naval Chinesa e as Disputas Territoriais Marítimas no Leste Asiático**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

NYE, Joseph. **Understanding Internacional Conflicts: An Introduction to Theory and History**. 4. ed. New York: Longmann, 2002.

PAN, Philip P. A Metamorfose da China em Potência Global. **O Globo**, [S.l.], 20 nov. 2018.

PEHRSON, Christopher J. **String of Pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power**. [Pennsylvania]: Strategic Studies Institute, 2006.

PERKINS, David G. Combate em Múltiplos Domínios. **Military Review: Revista Profissional do Exército dos EUA Edição Brasileira**, Kansas, v. 73, n. 1, p. 6-8, jan./mar. 2018.

PONCE, Luciano. Clausewitz e a Polarização Marítima no Século XXI: uma Orientação Teórica para a Estratégia Nacional de Defesa. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, n. 04/06, p. 96-97, abr./jun. 2018.

SPUTNIK. **China Encerra Questão do Mar do Sul da China com os EUA**. Sputnik China, 28 jun. 2018. Disponível em: https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018062811588936-china-encerra-questao-mar-do-sul-china-eua/. Acesso em: 06 ago. 2018.

TILL, Geoffrey. **Sea Power: A Guide for The Twenty-First Century**. 3. ed., London: Frank Cass, 2013.

VÁZQUEZ, Daniel. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico. Tradução: Marcos Vinicius da Silva Dantas Fernandes. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 4, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2013.

SITES CONSULTADOS

<https://www.bbc.com>. Acesso em: 6 ago. 2018.

<http://blogs.voanews.com>. Acesso em: 6 ago. 2018.

<https://www.eia.gov>. Acesso em: 6 ago. 2018.

<https://esquerdaonline.com.br>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Recebido em 23/08/2019.

Aceito em 30/08/2019.